

O ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL DO GEÓGRAFO

UM COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓGRAFOS

Antecedendo a realização da sua 1.^a Assembleia Geral, a Associação Portuguesa de Geógrafos levou a cabo um colóquio subordinado ao tema: «O enquadramento profissional do geógrafo», cujos objectivos principais eram os de abordar a inserção do geógrafo na sociedade, a sua situação, os seus problemas e as suas perspectivas profissionais.

Em termos de organização, propuseram-se para debate e reflexão duas grandes temáticas: O geógrafo no ensino e o geógrafo fora do ensino, denominações que, de algum modo e desde logo, deixam antever a importância que a saída profissional do ensino tem tido para os geógrafos.

Era ideia dos organizadores que o colóquio deveria privilegiar o debate de ideias entre todos os participantes. Neste sentido, as intervenções dos colegas convidados a apresentarem, especificamente, numa das temáticas propostas, o relato das suas experiências e vivências, deveria ser, acima de tudo, ponto de partida para tal debate.

Assim, para a temática «O geógrafo no ensino», convidaram-se ISABEL DE MELO e TERESA BARATA SALGUEIRO, a primeira incidindo sobre o papel do geógrafo nos ensinos básico e secundário, e a segunda, sobre a actuação do geógrafo no ensino superior. Para a temática «o geógrafo fora do ensino», convidaram-se LUÍS CORTE-REAL e JORGE GASPAS, o primeiro referindo-se à participação do geógrafo no planeamento municipal, e o segundo, sobre as experiências dos geógrafos em outros níveis do planeamento e em outras áreas de actuação.

Relativamente à discussão da primeira temática, começou-se por salientar a importância da Geografia na formação dos alunos, na sua visão do mundo, na sua compreensão dos problemas actuais, no enquadramento dos muitos e variados conhecimentos que adquirem. ISABEL DE MELO, referindo-se aos problemas que se deparam aos professores de Geografia, aludiu, particularmente, ao que denominou como a «vertigem da dispersão dos professores» a qual parece surgir redobrada entre os de Geografia, dado não só o excesso de turmas que leccionam como também as especificidades do trabalho que a disciplina exige. Não poderiam, também, deixar de ser aflorados aspectos relacionados com o modo como a Geografia é tratada na Proposta de Reorganização dos Planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário. Procurando ir além das lícitas apreensões que são do conhecimento geral, os parti-

cipantes no debate referiram-se ao papel que o professor de Geografia poderá e deverá ter no relacionamento da escola com o espaço físico e social envolvente. Finalmente, foi referida a necessidade de se reforçar o papel da Geografia e dos geógrafos na formação dos professores, começando pelos primeiros níveis do ensino básico, onde a disciplina de Geografia tem estado ausente nos últimos anos, pois, como foi frisado por alguns colegas, é ali, ao nível da escola primária, que a criança começa a aprofundar e alargar a sua visão do mundo.

TERESA BARATA SALGUEIRO, por seu turno, historiou a presença da Geografia no ensino superior, salientando o aumento do número de licenciaturas em Geografia e de escolas onde a disciplina de Geografia surge integrada nos planos curriculares de outras licenciaturas. A este propósito, salientou ainda o facto de a Geografia ter tido menor penetração em cursos que, à partida, pareceriam mais afins dos nossos (os casos de Geologia, Biologia, Economia, Sociologia, Antropologia e História. TERESA BARATA SALGUEIRO referiu-se, ainda, ao que denominou de «gigantismo e massificação do ensino superior nos anos setenta» (aumento do número de alunos, docentes e até de escolas) como obstáculo à implantação de reformas, ideias, métodos e inovações; não deixou, no entanto, de considerar o ensino como profissão apaixonante, ainda que esgotante (o contacto anualmente renovado com pessoas diferentes, o estímulo permanente à mudança, etc.).

Mas, as «pedras de toque» deste tema terão sido as referências à incapacidade que a Universidade tem demonstrado para equacionar os problemas da Sociedade, à falta de preocupação da Universidade com as saídas profissionais e o fraco contacto entre a Universidade e os ex-alunos. Naturalmente que, relativamente a este último ponto, espera-se da Associação Portuguesa de Geógrafos um papel de dinamização.

Relativamente à discussão da segunda temática, «O geógrafo fora do ensino», LUÍS CORTE-REAL salientou o desconhecimento que os responsáveis da Administração pública e privada têm do trabalho e das potencialidades dos geógrafos, o que, muitas vezes, se tem traduzido pela preferência de outros profissionais, já há mais tempo implantados no sector do planeamento. Em seguida referiu-se a aspectos evolutivos na concepção do planeamento regional e local — a necessidade de criação de equipas pluridisciplinares, nas quais o geógrafo deverá ter um papel mais interveniente e activo. Pela sua capacidade de poder abarcar o espaço nas suas diferentes componentes (o que alguns denominam como a nossa capacidade de síntese), o geógrafo estaria, particularmente, vocacionado para dirigir os estudos de enquadramento regional e local, de análise demográfica, de análise social, de hierarquia e rede urbanas e para intervir no zonamento e na programação das realizações. Aliás, CORTE-REAL defendeu a ideia, que a generalidade dos participantes corroborou, de que o geógrafo não deve apenas participar na análise mas também na discussão de soluções e na tomada de decisões finais.

JORGE GASPAP, por sua vez, começaria por aludir ao valor da Geografia. Para si, toda a Geografia é importante e é necessário que o geógrafo saiba fazer convergir os contributos de cada ramo e de cada

paradigma, na prática e na solução dos problemas. Depois, referindo-se às condições conjunturais e estruturais existentes — a mundialização da economia, a «Europa das regiões», a necessidade de se proteger e vitalizar o património natural e edificado, defendeu as potencialidades da Geografia e dos geógrafos para ajudar a articular e a valorizar os diferentes espaços em que nos inserimos.

Finalmente, JORGE GASPAS aludiu aos obstáculos e às dificuldades que se têm colocado à valorização da ciência geográfica e do geógrafo. Naturalmente que um grande obstáculo é de natureza corporativa, ou seja, o facto de outras áreas do saber, outros técnicos já estarem, há mais tempo, implantados. Outras dificuldades seriam a falta de estruturas associativas de profissionais da geografia, a ausência de geógrafos nos meios empresariais, a pouca divulgação da nossa prática profissional, a falta de articulação entre a prática e o ensino e a investigação e o facto de sermos ainda em reduzido número.

Em síntese, neste colóquio duas ideias fundamentais emergiram: a Geografia como ciência é importante e o papel do geógrafo na sociedade, seja como agente de ensino, seja como técnico de planeamento ou assumindo outras funções, deve ser valorizado e divulgado. Para isso, será necessário articular melhor o ensino e a investigação com as solicitações da sociedade, intensificar o diálogo entre a Universidade e os ex-alunos e divulgar mais amplamente os trabalhos dos geógrafos. E, naturalmente que, neste processo, a Associação Portuguesa de Geógrafos poderá e deverá desempenhar um papel de agente dinamizador.

JOSÉ MANUEL SIMÕES